



# UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTACRUZ - UESC

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – DCIE  
COLEGIADO DO CURSO DE PEDAGOGIA – COLPED

## Programa de Disciplina

(Formulário elaborado conforme Resolução CONSU nº 06/2007, Art. 36)

### DISCIPLINA

DESCRIÇÃO

**Políticas Públicas e Legislação da Educação II**

CODIGO

CIE556

CARGA HORÁRIA			CRÉDITOS		
TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
		60			4

PRÉ-REQUISITO

**NÃO HÁ**

### EMENTA

Estuda a relação entre Educação, Estado e Sociedade a partir da abertura política e da Constituição Federativa do Brasil de 1998. Analisa a LDBEN n. 9.394/1996, suas atualizações e o Plano Nacional de Educação – PNE. Proporciona a compreensão dos Programas do FNDE e sua relação com a escola. Analisa diretrizes, resoluções e pareceres relacionados à educação básica. Estuda o Estatuto da Criança e do Adolescente. Propicia a compreensão do financiamento da educação, da valorização do profissional docente e dos Planos de Carreira, bem como as políticas de formação de professor.

### OBJETIVOS

- Proporcionar condições para a compreensão das políticas públicas para a educação básica e superior como elemento de reflexão sobre a realidade brasileira;
- Compreender as reformas atuais no contexto da reorganização mundial: globalização, neoliberalismo e a reestruturação capitalista, bem como suas implicações teóricas e práticas na estrutura e funcionamento da educação básica e superior.
- Posicionar-se criticamente em relação às concepções da vida social e do Estado inseridas nas políticas educacionais brasileiras.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### I CRÉDITO

1. A educação no contexto da reorganização mundial:
  - 1.1 Neoliberalismo, globalização, reestruturação produtiva;
  - 1.2 As reformas da educação básica e do ensino superior no contexto mundial: o público e o privado;
  - 1.3 As influências dos organismos internacionais;
  - 1.4 Função Social da Educação nesse contexto;
  - 1.5 Dados da realidade Educacional.

#### II CRÉDITO

2. Políticas e reformas atuais e a legislação do ensino: trajetória da educação básica e superior no Brasil:

- 2.1 A Educação na Constituição brasileira de 1988;
- 2.2 Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional – LDB 9.394/1996 e seus desdobramentos

### III CRÉDITO

- 3. Políticas Educacionais atuais:
  - 3.1 Financiamento da educação;
  - 3.2 Administração Escolar e Gestão.
  - 3.3 Plano Nacional de Educação
  - 3.4 Avaliação Educacional/Institucional: PROVÃO/ENADE, ENEM, SAEB e outros mecanismos e controle;
  - 3.5 Profissionalização docente e formação e as Diretrizes do curso de Pedagogia.
  - 3.6 Conselhos de Educação
  - 3.7 Diretrizes Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental e Médio, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Indígena

### IV CRÉDITO

- 4. As políticas educacionais e a organização escolar: Brasil e Bahia:
  - 4.1 Gestão e organização escolar
  - 4.2 Organização da educação básica: calendário, carga horária, frequência, classificação, verificação da aprendizagem, currículo, projeto político pedagógico x regimento escolar;
  - 4.3 O/A pedagogo/a, professor/a e a organização escolar;
  - 4.4 O/A pedagogo/a: interlocutor entre a escola, aluno/a, comunidade; sistema de ensino.

### AVALIAÇÃO

Em cada unidade temática as reflexões coletivas e individuais serão objetos de avaliação. É importante destacar que as oportunidades para essas reflexões dar-se-ão por ocasião das discussões e participação em todas as atividades programadas, fichamento de textos, resumos, seminários, provas escritas etc. Considerar-se-á a participação nos debates e a compreensão dos conteúdos indicados para a leitura.

### BIBLIOGRAFIA

1. ABRICALIL, Carlos Augusto. **Organização de sistemas de ensino**. In: REVISTA DE EDUCAÇÃO – CNTE, nº 5, ano VI, 1ª Ed., agosto/2001 p. 2026
2. ARROYO, Miguel. Ofício de Mestre. Petrópolis: Vozes. 2000
3. AZANHA, Mário Pires. **Planos e políticas de educação no Brasil: alguns pontos para reflexão**. In: Estrutura e Funcionamento da Educação Básica. São Paulo, Pioneira, 1998. P 102-123
4. BRANDÃO, Carlos. O que é educação. São Paulo, Brasiliense, 1992.
5. CODO, Wanderley (coord.). Educação : carinho e trabalho. Petrópolis: Vozes, UNB< CNTE, 1999.
6. CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA 1988.
7. CUNHA< L> A> Educação Brasileira: Projetos em disputa. São Paulo: Cortez, 1995.
8. \_\_\_\_\_. **A educação e a construção de uma sociedade aberta**. In: Educação e desenvolvimento social no Brasil. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1980.
9. CURY, Carlos Roberto Jamil. **Os conselhos de educação e a gestão dos sistemas**. In: Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. FERREIRA, Naura Syria Carapeto, AGUIAR, Márcia Angela da S. (orgs). 2ªed. São Paulo: Cortez, 2001. P. 43-60
10. CURY, Carlos R. J. LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei 9.394/96.9 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
11. FREITAG, B. Escola, Estado e Sociedade. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1987.

12. \_\_\_\_\_, Políticas Educacional e Industria Cultural . São Paulo:Cortez / Autores Associados, 1987.
13. GENTIL, P. A. A., Silva, T.T. (orgs) – Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação. Petrópolis – RJ: Vozes, 1995.
14. KUENZER, A. Ensino de 2º Grau: O trabalho como princípio educativo. São Paulo: Cortez, 1988.
15. LEI 9.394/96 (Nova LDB).
16. MAAR, Wolfgang Leo. O que é política. São Paulo: Brasiliense, 1992.
17. MELCHIOR, José Carlos de Araújo. Recursos Financeiros e a Educação. In: Estrutura e Funcionamento da Educação Básica. São Paulo, Pioneira,1998. P. 248-267
18. MENDONÇA, Erasto Fontes. A regra e o jogo: democracia e patrimonialismo na educação brasileira. Campinas – SP: FE/UNICAMP, 2000.
19. MONLEVADE, João, FERREIRA, Eduardo. O FUNDEF e seus pecados capitais. Ceilândia – DF, deia, 1998.
20. OLIVEIRA, Dalila (org.). Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica. Belo horizonte: Autêntica, 1999.
21. \_\_\_\_\_.Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos. Petrópolis – RJ: Vozes, 1997.
22. OLIVEIRA, Romualdo Portela. **O financiamento da educação.** In: Gestão, financiamento e direito à educação. São Paulo, Xamã. 2001. P. 89-125
23. PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Proposta da Sociedade Brasileira. Consolidado na Plenária de Encerramento do II CONED – II Congresso Nacional de Educação. Belo Horizonte (MG), 9 de novembro de 1997.
24. PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Proposta do Executivo ao congresso nacional. Brasília, INEP, 1998.
25. PINTO, José Marcelino de Rezende. **O financeiro de responsabilidade pelo ensino Brasil e o impacto das mudanças recentes na legislação.** In:PAIDÉIA: Cadernos de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP. Fev/Ago 1996, nº 10/11.
26. ROMANELLI, O. O. História da educação no Brasil. São Paulo: Cortez, 1983.
27. SAVIANI, D. Política educacional no Brasil. São Paulo: Cortez, 1983.
28. \_\_\_\_\_, O nó do ensino de 2º grau. In: Bi Mestre, ano I nº 1. Out/1986.
29. SAVIANE, Dermeval. Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional. Campinas, autores Associados, 1998.
30. \_\_\_\_\_, A nova lei de Educação. Campinas, autores associados, 1997.
31. SILVA, T.T. & gentile, p. (ORG.) Escola S.A.: quem ganha e quem perde o mercado educacional do neoliberalismo. Brasília CNTE, 1996.
32. SUANO, Helenir. Escola Brasileira. São Paulo, Atlas, 1987.
33. TOMMASI, L. de, WARDE, M.J. e HADDAD, S. (Org.) O banco Mundial e as reformas educacionais. São Paulo: Cortez, 1996.
34. VIEIRA, Emilia Peixoto. O processo de elaboração da nova LDB. Texto mineo./1999.

#### DOCUMENTOS OFICIAIS:

1. CNE/CEB – Resolução nº 01/99 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil;
2. CNE/CEB – Resolução nº 02/98 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental;
3. CNE/CEB – Resolução nº 03/98 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino

médio;

4. CNE/CEB – Resolução nº 04/99 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação profissional de nível técnico;
  5. CNE/CEB – Resolução nº 01/2000 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação de jovens e adultos;
  6. CNE/CEB – Resolução nº 02/2001 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação especial na educação básica;
  7. CNE/CEB – Resolução nº 14/99 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação indígena;
  8. CNE/CESU – Propostas de Diretrizes
  9. CNE/CESU – Resolução nº 01/2002 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial de Professores da educação básica em cursos de nível superior.
  10. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental PCN: 1º e 2º ciclos. Brasília: MEC/SEE, 1997.
  11. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental PCN: 3º e 4º ciclos. Brasília: MEC/SEE, 1998.
  12. BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Referencial Curricular para a educação infantil. Brasília: MEC, 1998.
  13. CNE/CES – Resolução 02/97 – Programas de Formação pedagógica.
  14. CNE/CES – Resolução 01/99 – institutos Superiores de Educação.
  15. BRASIL – Lei 9.424/96 – dispõe sobre o FUNDEF.
  16. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 e emendas constitucionais relativas à educação.
  17. Lei 4.024/61; 5.692/71; 7.044/82.
  18. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que institui o Plano Nacional de Educação.
- 

**Aprovado em Plenária Departamental realizada em 13 de março de 2019**